

FINANCIAMENTO DO ESPORTE

Sistema Nacional do Esporte em construção:
sistemas públicos nacionais e modelos esportivos internacionais

Fernando Mascarenhas
fernandom@unb.br



FINANCIAMENTO DO ESPORTE: fontes, direcionamentos e Fundo

Exposição sobre o financiamento do esporte no Brasil, demonstrando as fontes de recursos e os respectivos direcionamentos. Por fim, proposição sobre a criação de um fundo público específico no novo Sistema Nacional do Esporte.

Fernando Mascarenhas
fernandom@unb.br



Introdução

Os estudos sobre o
financiamento público do esporte

Algumas referências sobre o tema:

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73-92, out./dez. 2010.

_____. Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, p. 163-179, 2011.

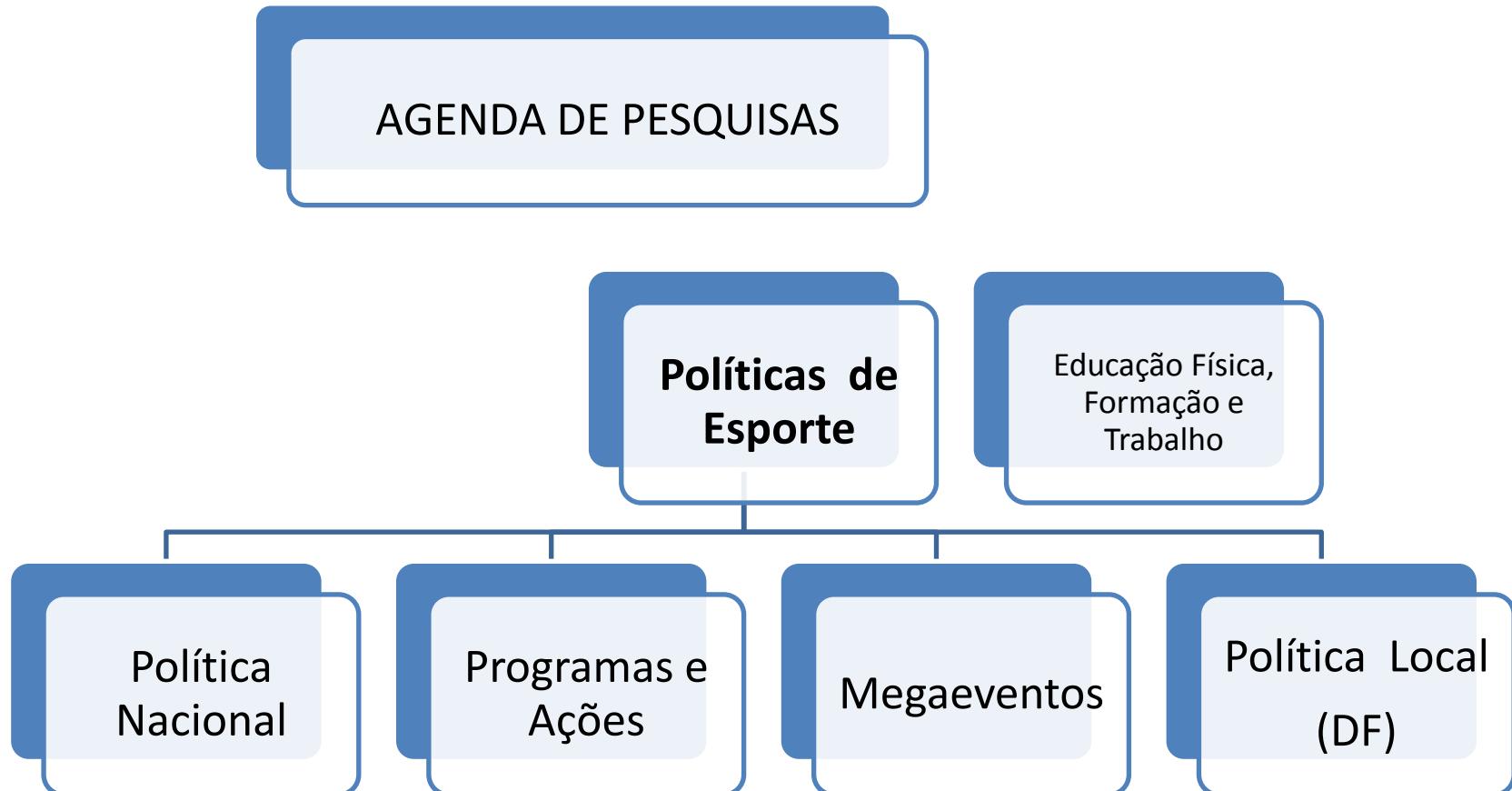
BOUDENS, E. P. J. **O financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006)**. Rio de Janeiro: T +8; Usina de Letras, 2007.

KASZNAR, I. A evolução do PIB do Esporte: financiamento privado e público. **EletroRevista – Revista Científica e Tecnológica**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 1-37, mai. 2013.

VERONEZ, L. F. C. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo, In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15.; Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2., 2007, Recife. **Anais...** Goiânia: CBCE, 2007.



GRUPO DE PESQUISA E FORMAÇÃO SOCIOCRÍTICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER





A agenda de estudos e
pesquisas do Avante



O Método para análise de
políticas sociais



A ação política no campo
esportivo



A produção científica junto
ao campo da Educação Física

Aproximações ao tema:

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012). **Revista de Ciencias Sociales**, Iquique, n. 31, p.86-110, jul./dez. 2013.

MATIAS, W. B. ; ATHAYDE, P. F. A. ; HUNGARO, E.M.; MASCARENHAS, F. . A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. *Movimento* (Porto Alegre. Online). [S.I.: s.n.], 2015.

ATHAYDE, P. F. A. ; SALVADOR, E. ; MASCARENHAS, F. . Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no governo Lula. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (Online), [S.I.: s.n.], 2015.

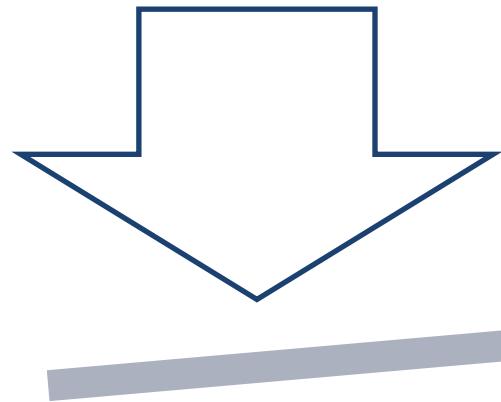
O aprofundamento via Pós-Doc



**FUNDO PÚBLICO E POLÍTICAS
ESPORTIVAS:
UM ESTUDO SOBRE O
FINANCIAMENTO DO ESPORTE NO
BRASIL E SUA INTER-RELAÇÃO COM
OS JOGOS RIO 2016**

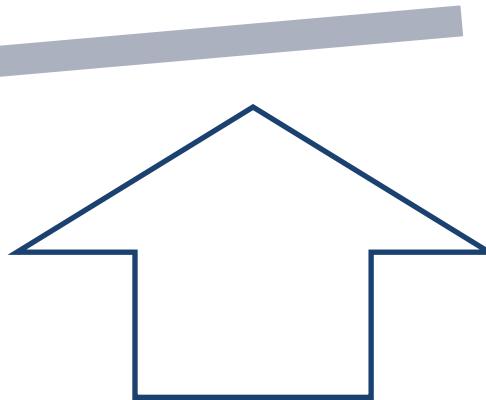


EIXOS DE ANÁLISE



**As características do
financiamento da política
pública de esporte no
Brasil**

Relações entre fundo
público e Megaeventos



- A dinâmica do fundo público no Brasil
- O ciclo orçamentário, as técnicas e a linguagem para sua interpretação
- A base diversificada do financiamento de políticas

Objetivo

- Identificar as fontes, magnitude e direcionamento dos gastos com o esporte na esfera federal, problematizando a relação entre os recursos e a destinação do fundo público com as opções e interesses que perpassam as políticas adotadas para o setor

Sumariando...

1. A base de financiamento da política pública de esporte no Brasil

2. A evolução do Orçamento do Esporte

3. O direcionamento dos gastos orçamentários

4. Alguns dados sobre as Fontes Extra Orçamentárias

5. Alguns dados sobre as Fontes Indiretas

6. O quadro geral do financiamento do esporte no Brasil

7. Reflexões sobre um FUNDO para o Esporte

8. Por um FUNDO SOCIAL para o “Esporte para toda vida”

1.

A base de financiamento da política pública de esporte no Brasil

Delineamento

- 1^a Fase – Dados de legislação
 - Levantamento das legislações relacionadas ao financiamento das políticas de esporte
 - Identificação da base de financiamento do setor
-
- 2^a fase – Dados de financiamento
 - Definição do recorte de análise
 - Levantamento dos dados relacionadas ao financiamento das políticas de esporte
 - Análise e discussão.

Fontes de
dados

1ª fase

Legislações relacionadas às políticas de esporte

Fonte: Portal da Legislação

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

Quadro – Dispositivos legais do financiamento
da política pública de esporte no Brasil

Dispositivos legais do financiamento da política pública de esporte no Brasil

Legislação	Descrição
Decreto-lei nº 594/1969	Instituiu a Loteria Esportiva Federal.
Lei nº 8.242/1991	Criou o Conselho e o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei nº 9.532/1997	Altera a legislação tributária federal que contém dispositivos sobre benefícios fiscais concedidos às entidades esportivas sem fins lucrativos.
Lei nº 9.615/1998	Conhecida como “Lei Pelé”, instituiu normas gerais sobre o esporte. Seus dispositivos relativos ao financiamento foram alterados pelas Leis nºs 9.981/2000, “Lei Maguito”, que proíbe a exploração do jogo de bingo; 10.264/2001, “Lei Agnelo-Piva”, 10.672/2003, “Lei da Moralização do Esporte”, e 12.395/2011, “Lei do Atleta”.
Lei nº 10.451/2002	Alterou as leis relativas ao Imposto de Importação e IPI, isentando a importação de equipamentos e materiais esportivos voltados ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento. Foi alterada pelas Leis nºs 11.116/2005, 11.827/2008 e 12.649/2012.
Lei nº 11.345/2006	Conhecida como “Lei da Timemania”, dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinada a injetar receita nos clubes de futebol para a quitação de seus débitos tributários. Foi alterada pela Lei nº 11.505/2007.
Lei nº 11.438/2006	Conhecida como “Lei de Incentivo ao Esporte”, dispõe sobre incentivos e benefícios fiscais para fomentar atividades esportivas. Foi alterada pela Lei nº 11.472/2007.
Decreto nº 6.555/2008	Dispõe sobre as ações de comunicação dos órgãos e entidades da administração federal, o que envolve o patrocínio esportivo.
Decreto nº 6.759/2009	Regulamenta as atividades aduaneiras e a tributação do comércio exterior, concedendo isenção de impostos nas importações de bens recebidos como premiação em evento esportivo realizado no exterior, ou para serem consumidos, distribuídos ou utilizados em evento esportivo no país.
Lei nº 12.035/2009	Conhecida como Ato Olímpico, concede garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos de 2016 e estabelece regras especiais para a sua realização.
Lei nº 12.663/2012	Conhecida como Lei Geral da Copa, dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013.

CONFIGURAÇÃO DA BASE DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE NO PAÍS

- **Fontes orçamentárias**, aquelas cujos recursos transitam pelo orçamento federal:
 - recursos ordinários do orçamento federal;
 - contribuições sobre concursos prognósticos;
- **Fontes extra orçamentárias**, aquelas cujos recursos não transitam pelo orçamento federal, sendo repassados diretamente às entidades esportivas:
 - repasses sobre concursos prognósticos;
 - patrocínios dos órgãos e entidades da administração federal;
 - contribuição sobre salários de atletas profissionais;
 - contribuição sobre as transferências de atletas profissionais;
- **Fontes indiretas**, aquelas cujos recursos são provenientes de desoneração tributária:
 - patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas no apoio direto ao esporte a título de isenção fiscal;
 - desoneração das entidades esportivas sem fins lucrativos;
 - isenção de impostos na importação de equipamentos e materiais esportivos;
 - isenção de impostos nas importações de bens recebidos como premiação em evento esportivo realizado no exterior ou de bens para serem consumidos, distribuídos ou utilizados em evento esportivo no país;
 - desonerações voltadas à realização da Copa do Mundo 2014
 - desonerações voltadas à realização dos Jogos Rio 2016.

Fontes de dados – 2^a fase (**fontes orçamentárias**)

- as leis que dispõem sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento federal
 - <http://www.planejamento.gov.br/>
- os dados da execução orçamentária, disponíveis no sistema SIGA Brasil
 - <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>

Fontes de dados – 2^a fase (**fontes extra orçamentárias**)

- os dados referentes às receitas oriundas de concursos prognósticos, disponíveis no portal da CEF
 - http://www1.caixa.gov.br/Loterias/Repasses_Sociais/
- portal do Comitê Olímpico Brasileiro (COB)
 - <http://www.cob.org.br/comite-olimpico-brasileiro/lei-agnelo-piva>
- portal do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)
 - <http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/>
- os dados referentes às receitas oriundas da arrecadação de bingos, disponíveis no Relatório Final da CPI dos Bingos, constante na base da Biblioteca do Senado
 - <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/82024/RelParcial1.pdf?sequence=12>
- os dados referentes aos patrocínios de estatais, obtidos através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)
 - <http://www.secom.gov.br/atuacao/patrocino>
 - <http://www.acessoainformacao.gov.br>
- Portal da Federação das Associações de Atletas Profissionais (FAAP)
 - <http://www.faapatletas.com.br/>
- **Portal da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (FENAPAF)**
 - <http://www.fenapaf.org.br/>

Fontes de dados – 2^a fase (**fontes indiretas**)

- os dados referentes aos patrocínios e doações a título de isenção fiscal, disponíveis no portal do ME
 - www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte
- demonstrativos dos gastos governamentais indiretos de natureza tributária, disponíveis no portal da Receita Federal;
 - www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/RenunciaFiscal

Recorte de análise



Ponto de partida: Lei nº 10.264/2001 (Lei Agnelo-Piva), que inaugura uma superprodução de legislação



- FHC (2001-2002)
- Lula (2003-2010)
- Dilma (2011-2012)

retomando o objeto...

O financiamento
das políticas de esporte



2.

A evolução do Orçamento do Esporte

Fontes orçamentárias, aquelas cujos recursos transitam pelo orçamento federal:

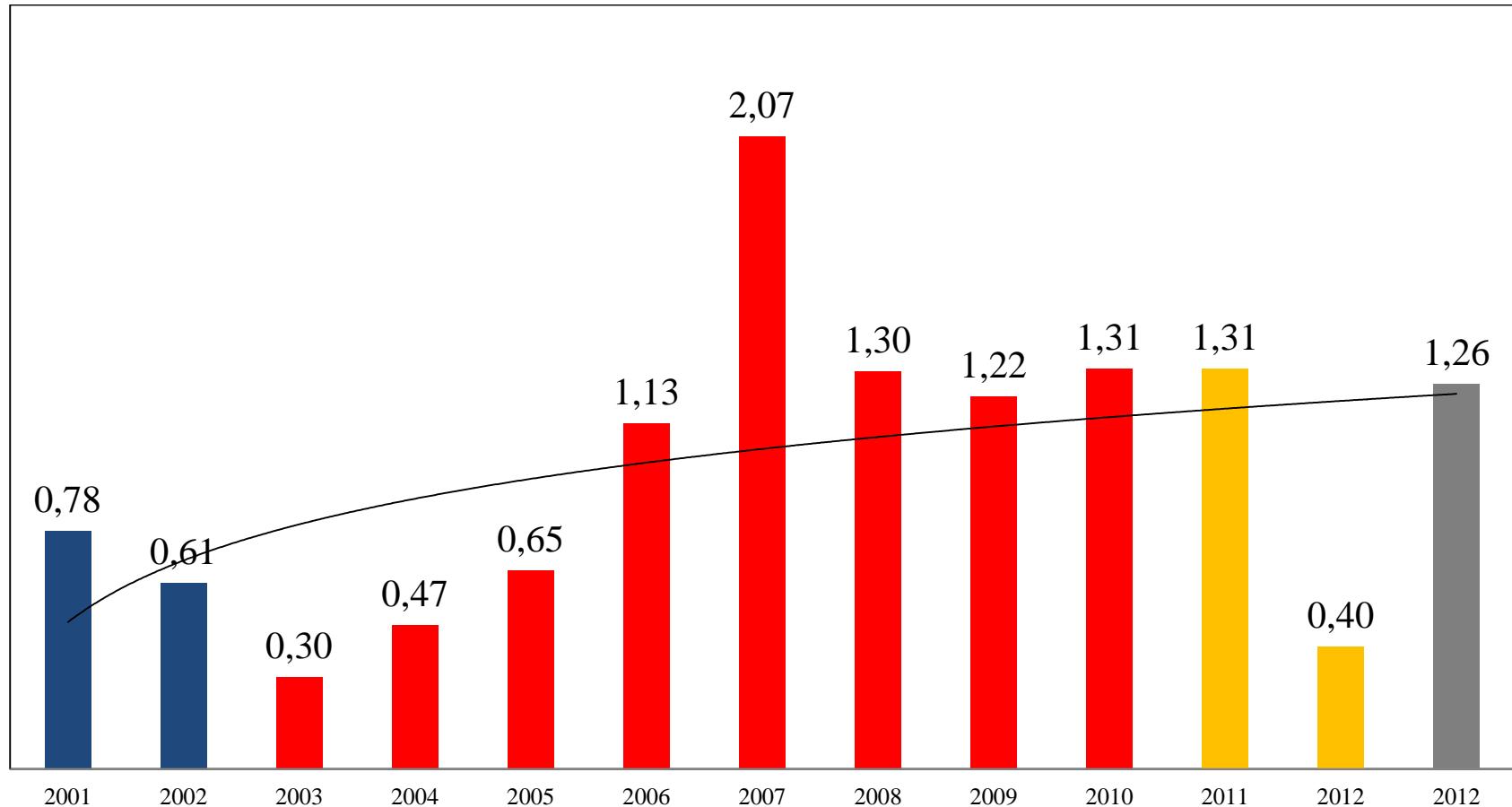
- recursos ordinários do orçamento federal
- contribuições sobre concursos prognósticos

A LINGUAGEM ORÇAMENTÁRIA

Classificação funcional-programática, que decompõe as despesas do governo por função, subfunção e programas.

- Ver [Portaria nº 42/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão](#)
- Função 27: “Desporto e Lazer”
- Subfunções:
 - “Desporto de Rendimento”
 - “Desporto Comunitário”
 - “Lazer”.

Execução orçamentária da função “Desporto e Lazer” – Série 2001-2012 (valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI em R\$ bilhões)
Fonte: SIGA Brasil (Elaboração própria)

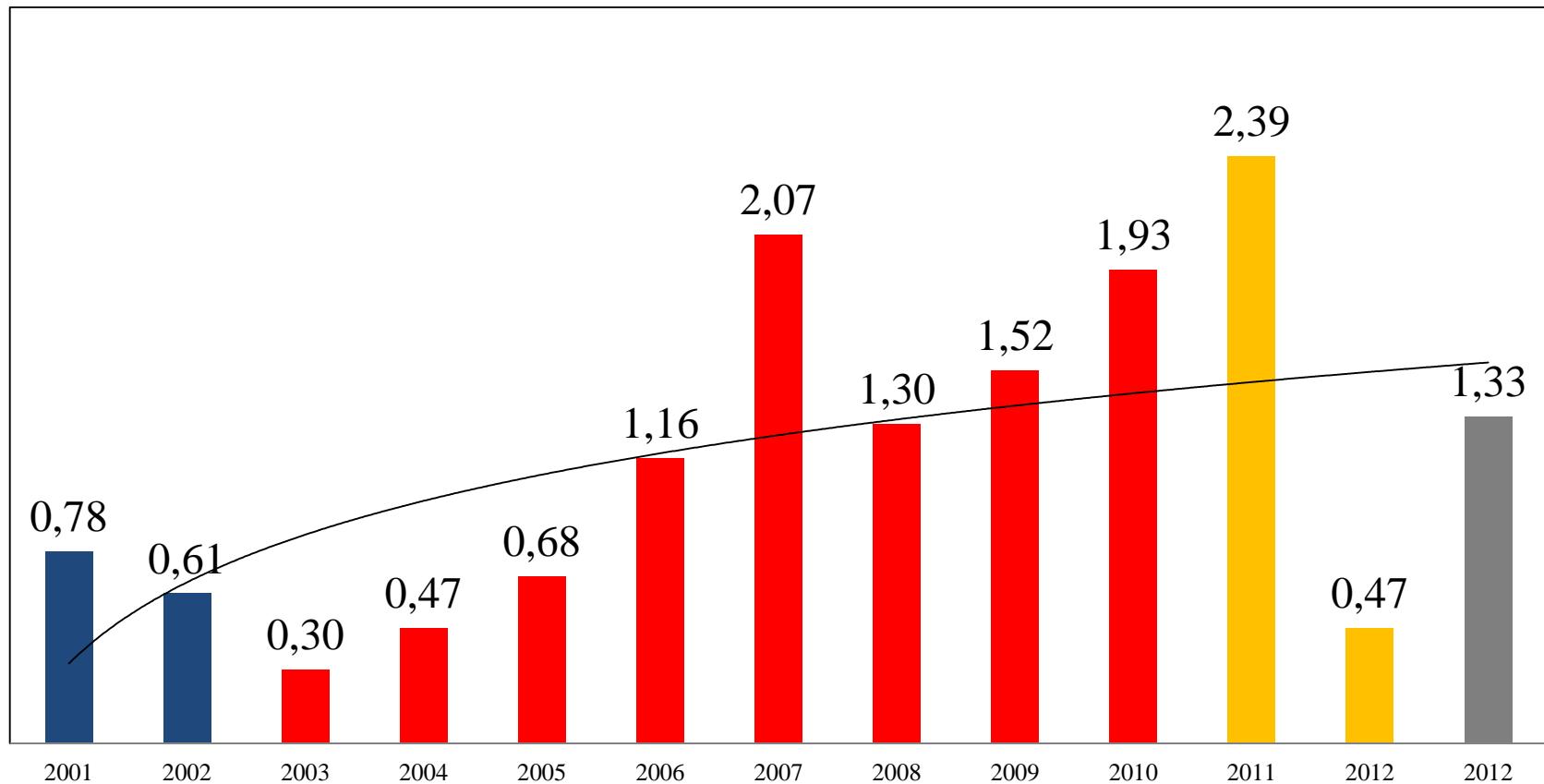


Recursos de outras funções alocados no Esporte

- **Ministério da Defesa** – recursos alocados na subfunção “Desporto de Rendimento” para a organização dos *Jogos Mundiais Militares* (*R\$ 1,26 bilhão entre 2009 a 2011*)
- **FNDE** - recursos alocados em “Desporto Comunitário” para a construção e cobertura de quadras esportivas em escolas (*R\$ 544 milhões em 2011*) e em “Lazer” para o desenvolvimento de atividades esportivas junto ao Programa Escola Aberta (*R\$ 70 milhões entre 2005 e 2009*)
- **Ministério da Cultura** – recursos alocados em “Lazer” para a construção das Praças de Esporte e Cultura (*R\$ 246 milhões em 2011 e 2012*);
- **FNCA** – recursos alocados em “Desporto Comunitário” para a ação Projetos Esportivos Sociais (*R\$ 6 milhões em 2008 e 2009*).

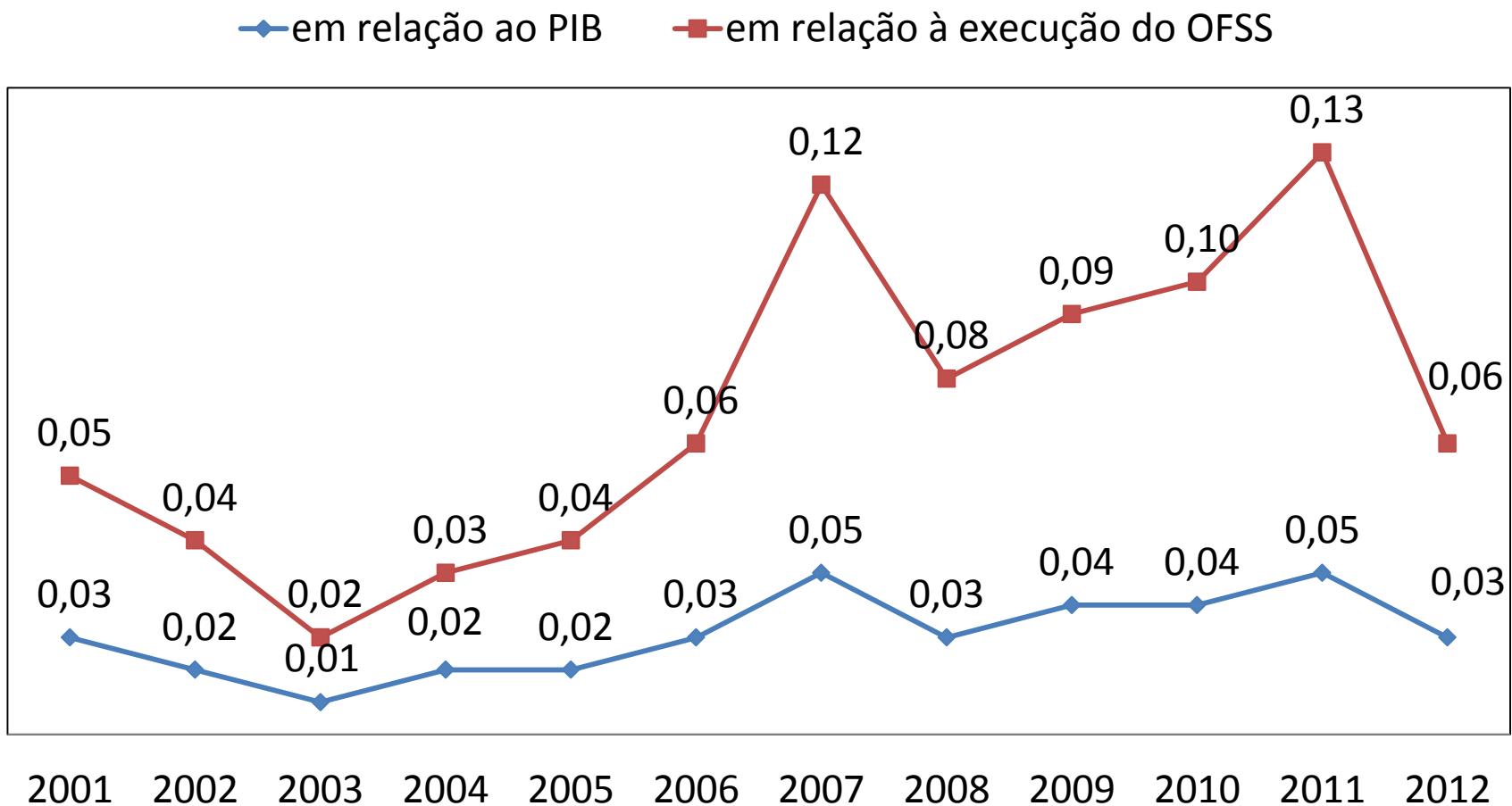
Execução orçamentária do esporte – Série 2001-2012 (valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI em R\$ bilhões)

Fonte: SIGA Brasil (Elaboração própria)



Participação do esporte em relação à execução do OFSS e ao PIB – Série 2001-2012 (em %)

Fonte: SIGA Brasil; IBGE (Elaboração própria)

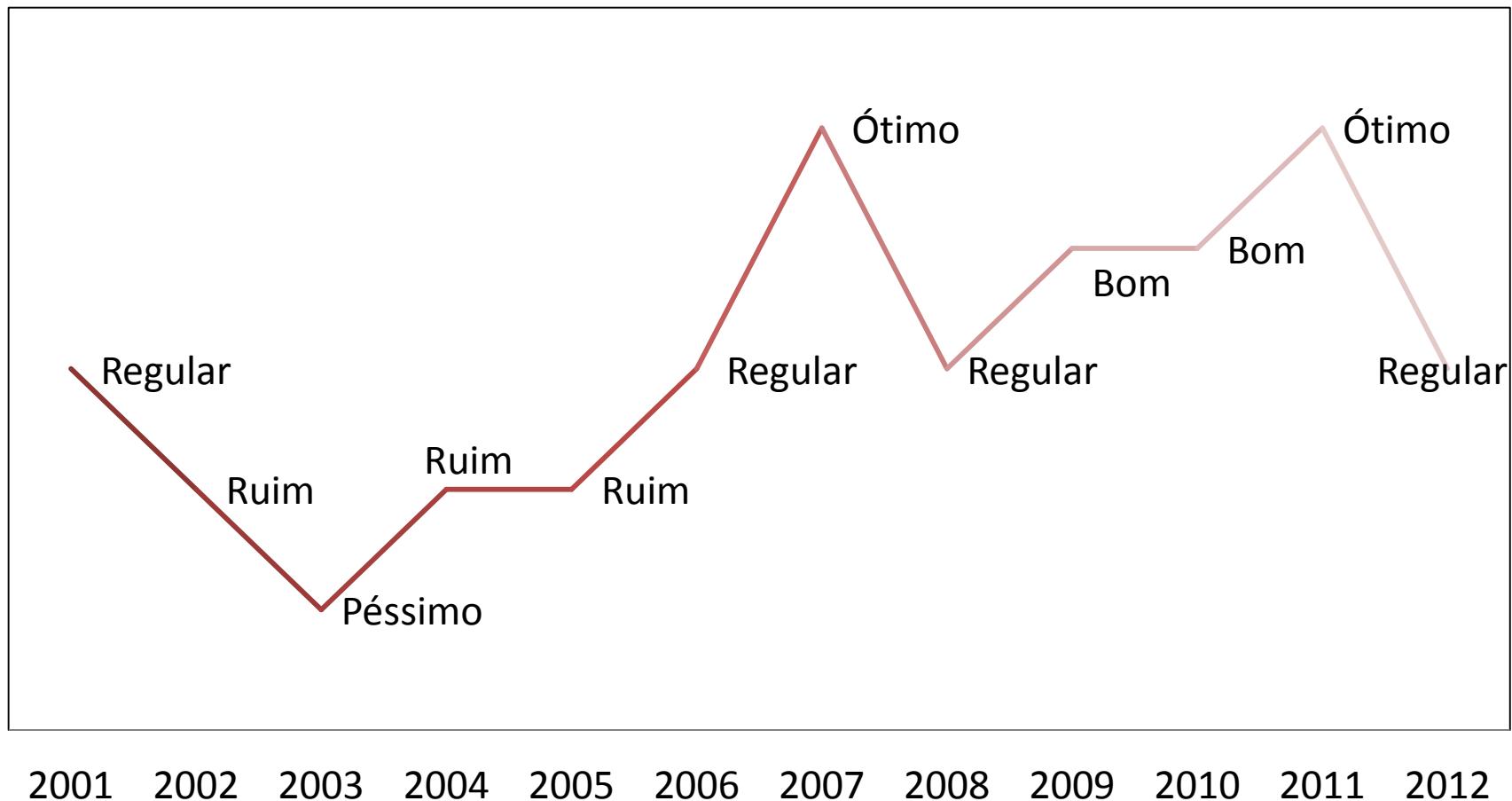


UM INDICADOR DE AVALIAÇÃO

- **0,05% de participação do OE no PIB, ótimo;**
- **0,04, bom;**
- **0,03, regular;**
- **0,02, ruim; e,**
- **0,01, péssimo.**

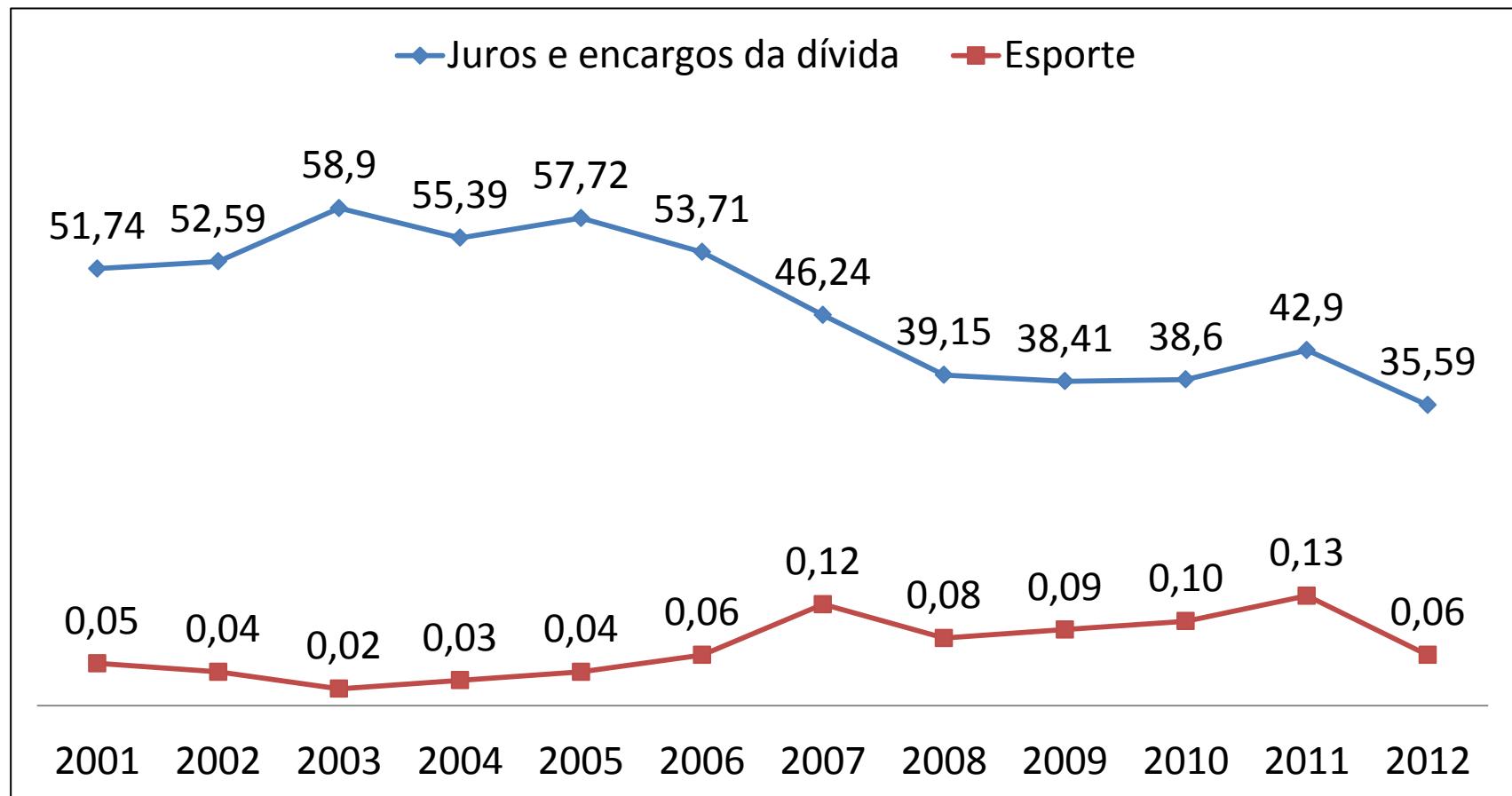
Óbvio que aquilo que estamos estabelecendo como ótimo está bem distante da meta de vinculação de 1% do orçamento da União para o esporte, o que equivaleria a uma participação perto de 0,4% em relação ao PIB. Ou seja, este valor “ótimo” corresponde a um montante oito vezes menor que aquele reivindicado pelas I e II CNEs.

PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESPORTE EM RELAÇÃO AO PIB



Participação do pagamento de juros e encargos da dívida pública e do esporte na execução do OFSS – Série 2001-2012 (em %)

Fonte: SIGA Brasil (Elaboração própria)



3.

O direcionamento dos gastos orçamentários

Para analisar o direcionamento...

Construímos **5 categorias** para além da tradicional análise definida pelas **3 dimensões** do esporte

- As três primeiras correspondem aos objetivos do programa temático “Esporte e Grandes Eventos”:
 - **Esporte, Educação Lazer e Inclusão Social (EELIS)**,
 - **Esporte de Alto Rendimento (EAR)**
 - **Grandes Eventos**

As categorias EELIS e EAR guardam correspondência também com o desenho institucional do ME
- A quarta corresponde ao “Programa de gestão e manutenção do ME”:
 - **Gestão**.
- Uma última categoria não foi delineada *a priori*, mas a partir da exploração dos dados, a saber:
 - **Infraestrutura**

Referências

PPA “Plano Avança Brasil” (2000-2003)

PPA “Plano Brasil de Todos” (2004-2007)

PPA “Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade” (2008-2011)

PPA “Plano Mais Brasil” (2012-2015)

Os gastos com Gestão

Envolvem ações como administração e manutenção do ME e, a partir de 2011, também da APO, referentes a pagamento de pessoal, encargos sociais, capacitação de recursos humanos, atividades de planejamento e avaliação, operações especiais, representações internacionais, publicidade, dentre outras.

- No governo FHC (2001-2002), quando a organização das políticas esportivas estavam ainda a cargo da Secretaria Nacional do Esporte, vinculada ao MET, esta categoria de gasto consumia apenas 1% do orçamento do esporte.
- No ano de 2003 este patamar é mantido mas, desde 2004, a criação do ME implicou a criação de uma nova unidade orçamentária na estrutura organizacional da administração pública federal, o que fez com que se elevassem, mantendo-se perto dos 7% nos governos Lula e Dilma (2004-2011).

Os gastos com EAR e EELIS

Abrangem quase que exclusivamente as ações relativas a execução da atividade fim, isto é, dos programas voltados à vivência e prática esportiva propriamente dita, seja “de rendimento”, “de participação” ou “educacional”.

- O preceito constitucional de prioridade para o esporte educacional é respeitado, mas apenas se isolamos os gastos com EAR e EELIS das demais categorias de gastos.
- No governo FHC (2001-2002), o gasto médio com EAR foi de 10% do orçamento do esporte, enquanto com EELIS foi o dobro, chegando a 20%.
- Já nos governos Lula e Dilma (2003- 2011), os gastos com EAR oscilaram entre 3 e 4%, com um pico de 7% em 2005. Por sua vez, os gastos com EELIS neste período variaram bem mais, todavia, numa curva negativa que, depois de chegar a 30% em 2005, tiveram sua participação rebaixada até o patamar dos 10% em 2011.

Os gastos com Infraestrutura

Estão dispersos, mas podem ser identificados a partir de ações específicas dos programas voltadas ao esporte de rendimento, de participação ou educacional.

Aparecem inscritos, principalmente, como ações de implantação e modernização de infraestrutura para o esporte recreativo e de lazer, por isso, vinculados, ao programa Esporte Solidário (2000-2003) e Esporte e Lazer da Cidade (2004-2011). Em sua maioria, são gastos dirigidos para a construção de equipamentos esportivos distribuídos por diversos municípios do país.

- No governo FHC (2001-2002) sua participação chegou perto dos 70%, enquanto nos governos Lula e Dilma (2003-2011) registrou uma média próxima de 50%.
- Foi, de longe, a categoria de gasto que mais consumiu recursos do orçamento do esporte, comprimida apenas nos anos de 2006, 2007 e 2010, quando se elevaram os gastos com Grandes Eventos.

Os gastos com Grandes Eventos

Oscilaram bastante de ano para ano, mas sua destinação pode ser resumida do seguinte modo:

- de 2004 a 2007, ações de implantação de infraestrutura física e tecnológica, apoio e **realização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 (R\$ 1,54 bilhão)**;
- em 2008, ações de **captação dos Jogos Rio 2016 (R\$ 84 milhões)**;
- de 2009 a 2011, ações de implantação de infraestrutura física e tecnológica, preparação de equipes, segurança e **realização dos Jogos Mundiais Militares de 2011 (R\$ 1,26 bilhão)**;
- em 2010 e 2011, ações de implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol e **apoio à realização da Copa do Mundo 2014 (R\$ 90 milhões)**;
- em 2010 e 2011, ações de **apoio à realização dos Jogos Rio 2016 (R\$ 343 milhões)**.

Execução orçamentária do esporte por categoria de gasto – Série 2001-2012 (valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI em R\$ milhões e %)

Fonte: SIGA Brasil (Elaboração própria)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gestão	5	3	3	46	47	79	106	106	104	125	163
	1%	1%	1%	10%	7%	7%	6%	8%	7%	7%	7%
EAR	56	74	13	17	46	35	87	47	58	56	96
	8%	12%	4%	4%	7%	3%	4%	4%	4%	3%	4%
EELIS	180	111	78	99	210	232	242	227	230	269	242
	22%	18%	26%	20%	30%	20%	12%	17%	15%	14%	10%
Infraestrutura	535	426	203	233	369	430	566	851	844	642	1321
	69%	69%	69%	50%	55%	37%	27%	65%	55%	33%	55%
Grandes Eventos	0	0	0	74	9	380	1076	84	288	841	572
	0%	0%	0%	16%	1%	33%	51%	6%	19%	43%	24%
Total	776	614	297	469	681	1156	2077	1315	1524	1933	2394

Os gastos diretos

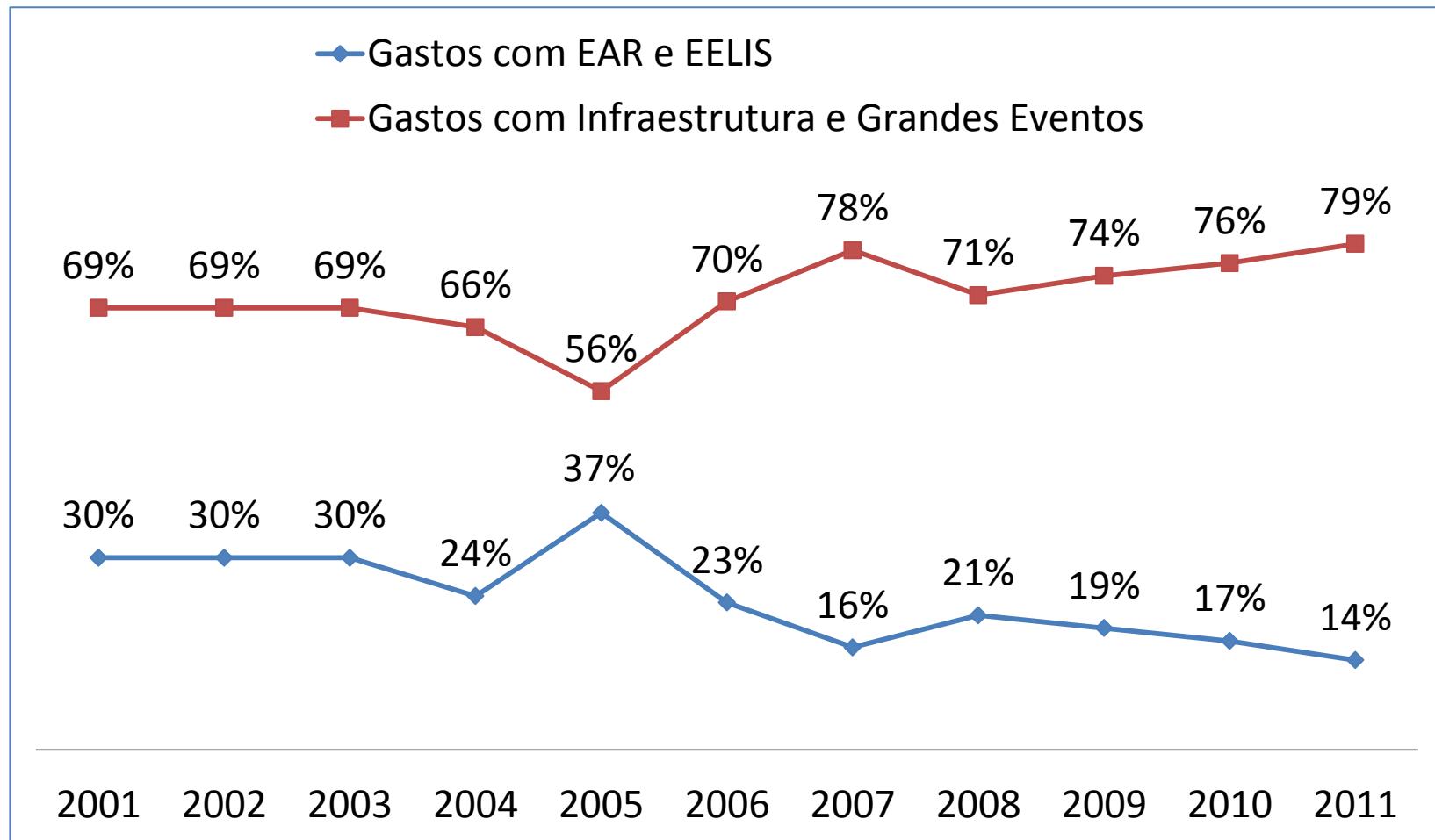
Os gastos com EAR e EELIS podemos ser identificados como

“gastos orçamentários diretos com esporte”
vivência e prática esportiva propriamente dita

- Os melhores anos para o esporte, em termos da magnitude da execução orçamentária, fizeram também subir os gastos diretos com o esporte em valores absolutos, contudo, em termos percentuais, sua participação decresce.

Gráfico 7: Comparativo entre a participação dos gastos com EAR e EELIS e gastos com Infraestrutura e Grandes Eventos no orçamento do esporte – Série 2001-2011 (valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI em %)

Fonte: SIGA Brasil (Elaboração própria)



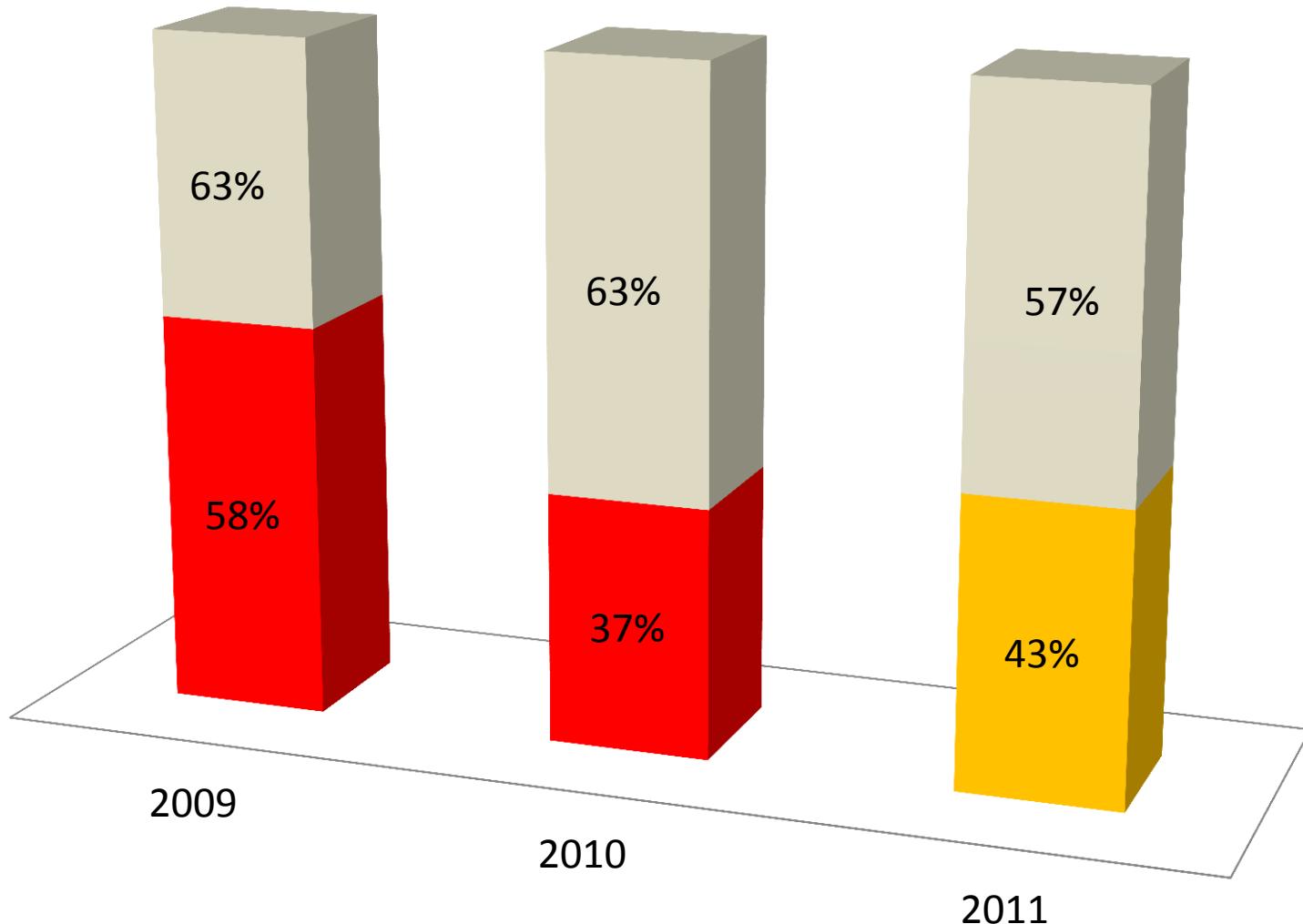
As emendas parlamentares

Os gastos com Infraestrutura estão, quase sempre, lastreados em recursos provenientes de emendas parlamentares.

- Em 2009, 58% do orçamento do esporte, o correspondente a R\$ 880 milhões, vieram de emendas parlamentares.
- Nos anos de 2010 e 2011 os montantes foram de R\$ 710 milhões e R\$ 1,03 bilhões, respectivamente, o equivalente a 37% e 43% da execução orçamentária do setor.
- Em 2009 e 2010 os valores de emendas chegaram a transbordar os gastos com Infraestrutura (+3% e +4%), cobrindo também outras categorias de gasto, como por exemplo, gastos com EELIS direcionados para ações relativas ao funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer.

Somente a partir de 2009 os dados de execução de emendas estão disponíveis na base do SIGA Brasil.

**Participação dos Recursos Marcados via Emendas
Parlamentares na Execução Orçamentária para o Esporte
em % - Série 2009-2011**



4.

Alguns dados sobre as Fontes Extra Orçamentárias

Aquelas cujos recursos não transitam pelo orçamento federal, sendo repassados diretamente às entidades esportivas:

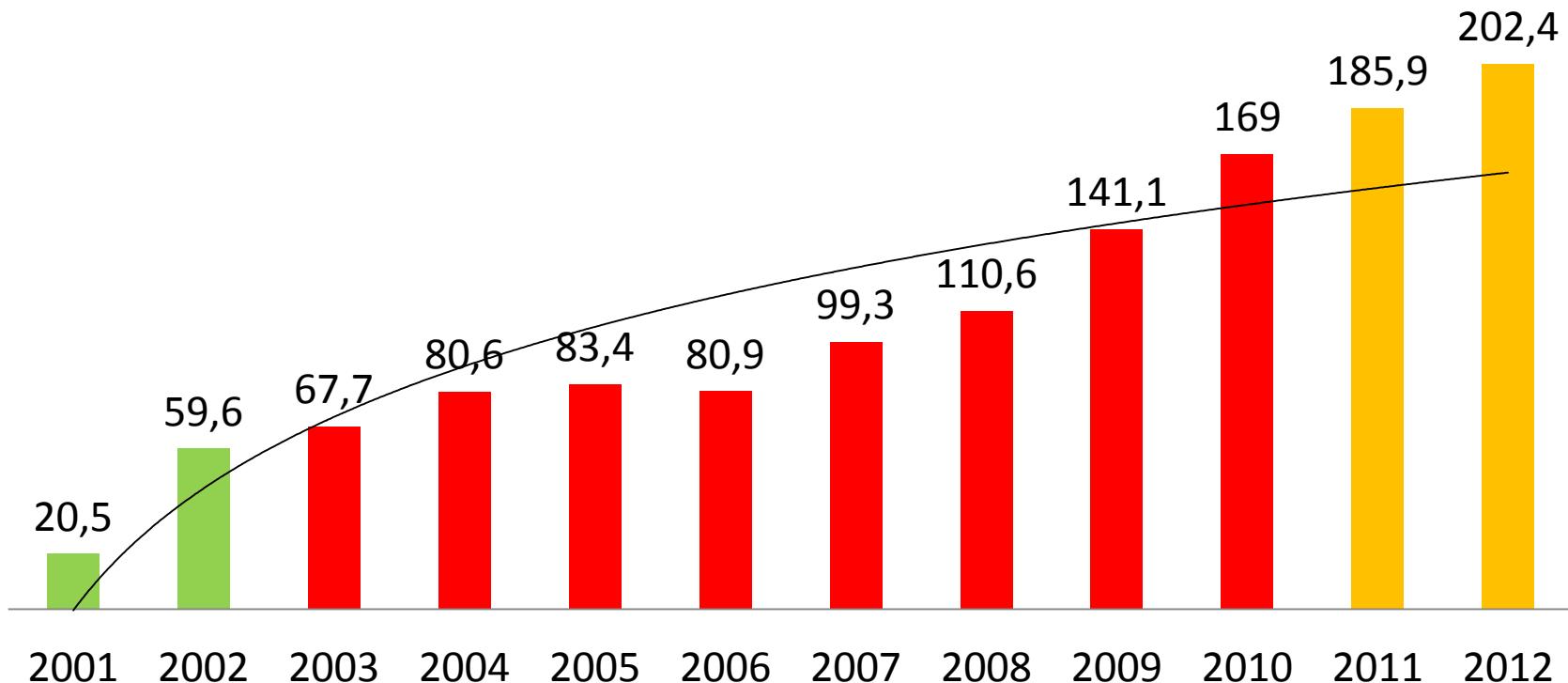
- repasses sobre concursos prognósticos;
- patrocínios dos órgãos e entidades da administração federal;
- contribuição sobre salários de atletas profissionais;
- contribuição sobre as transferências de atletas profissionais;

Valores totais repassados ao COB e CPB

Valores correntes em R\$ milhões

Série 2001-2012

Fonte: COB-CPB (2001-2002); CEF (2003-2012)

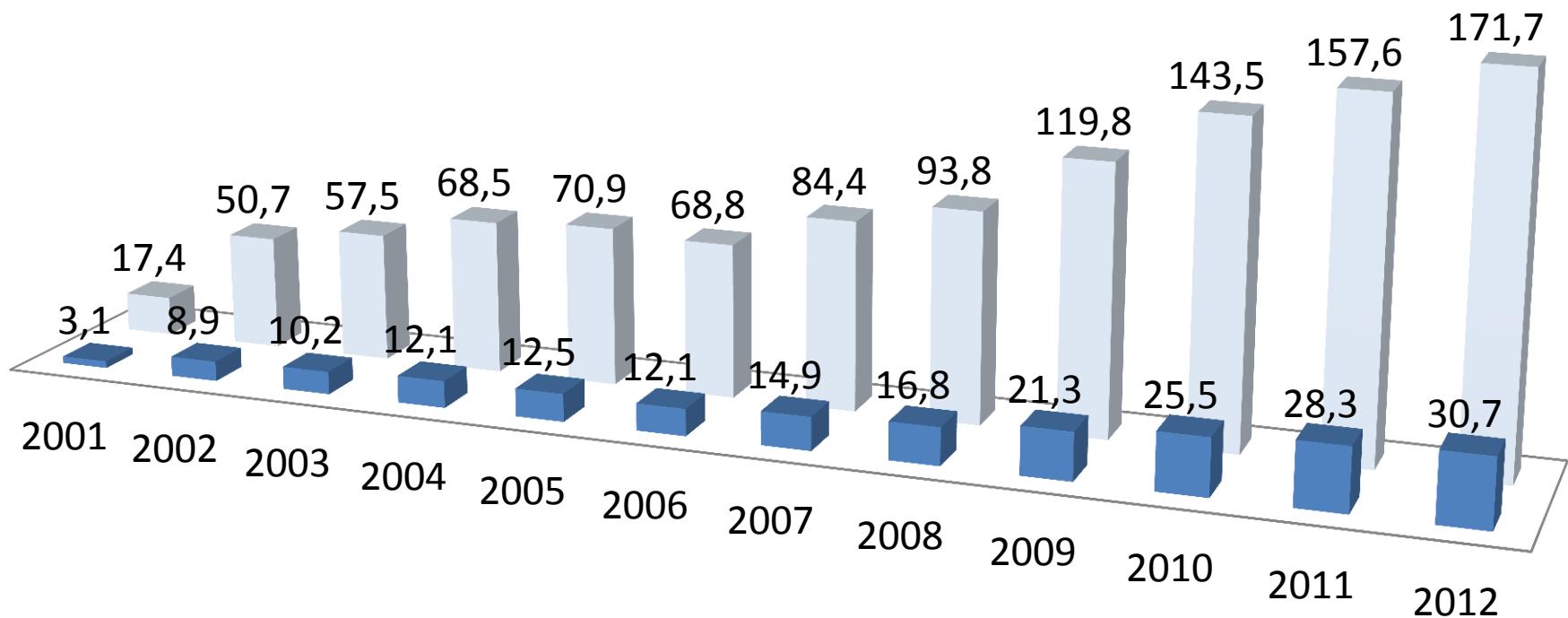


Valores em separado repassados ao COB e CPB

Valores correntes em R\$ milhões

Série 2001-2012

Fonte: COB-CPB (2001-2002); CEF (2003-2012)

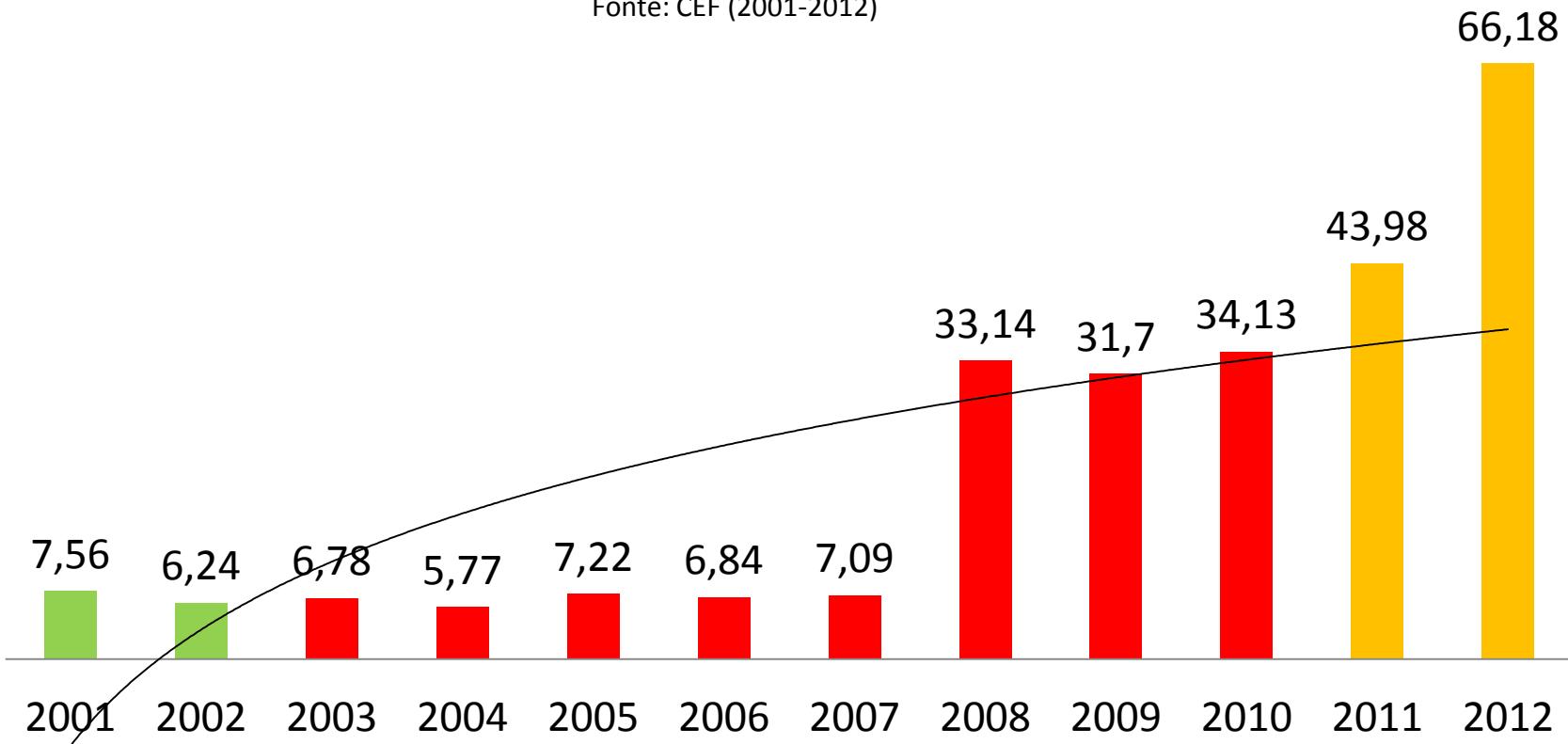


Clubes de Futebol

Valores correntes em R\$ milhões

Série 2001-2012

Fonte: CEF (2001-2012)

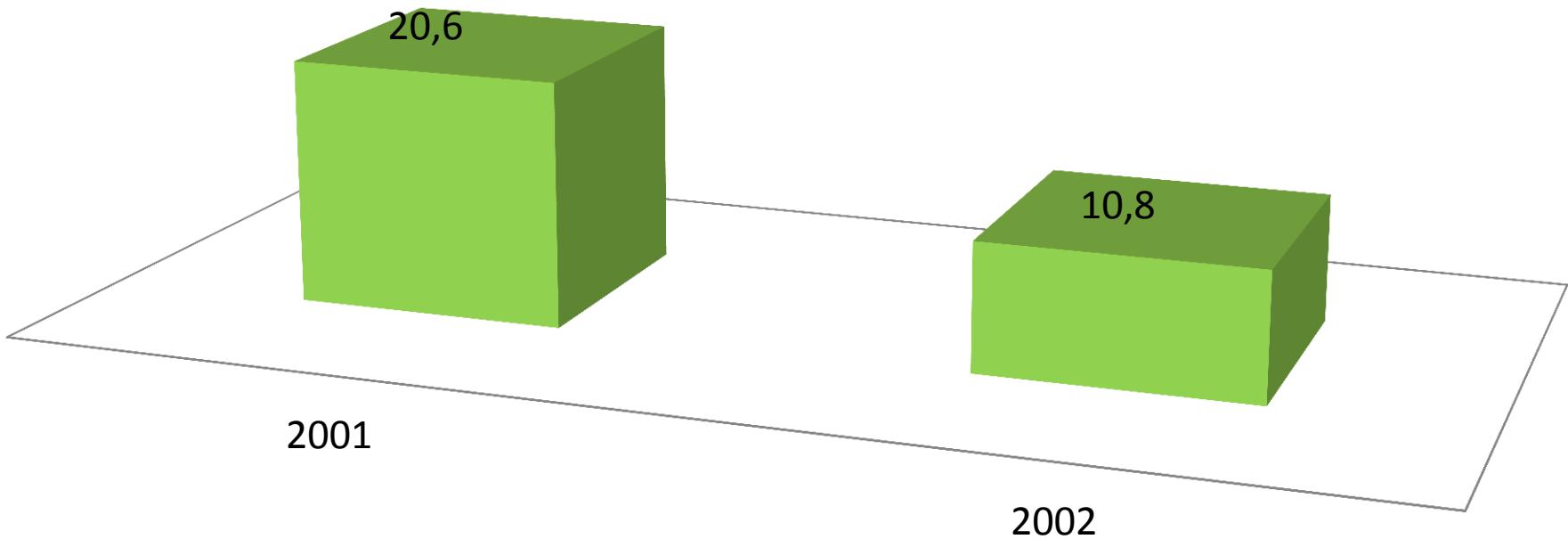


Lei de Bingos

Repasses em R\$ milhões

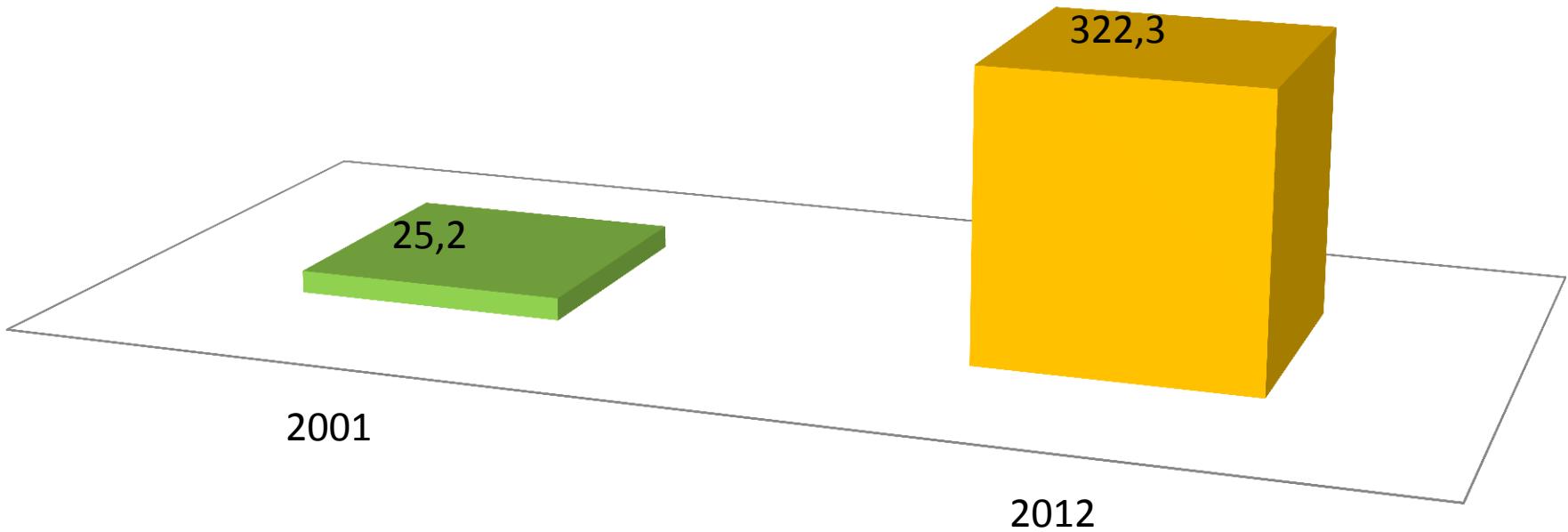
Série 2001-2002

Fonte: CPI dos Bingos



Estatais
**Patrocínios em R\$ milhões
2001 e 2002**

Fonte: SIC



Estatais

1º Caixa

2º Correios

3º Banco do Brasil

4º Petrobrás

5º Eletrobrás

5.

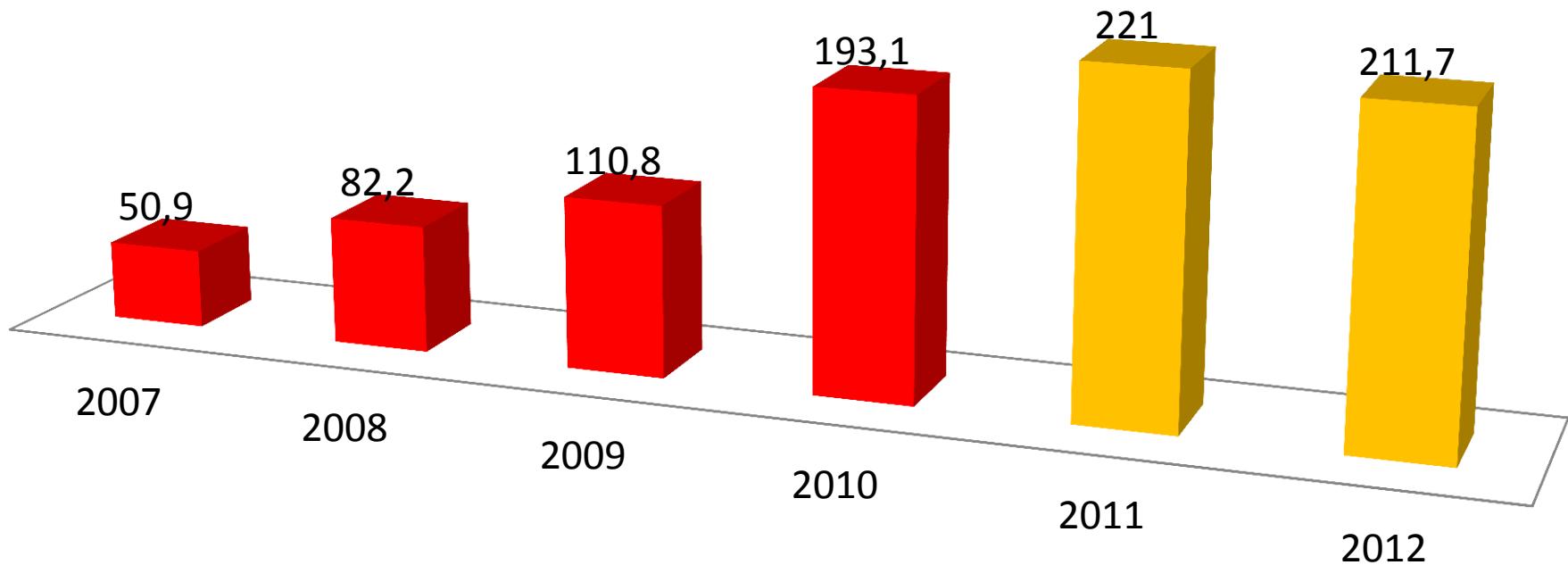
Alguns dados sobre as Fontes Indiretas

□ aquelas cujos recursos são provenientes de desoneração tributária:

- patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas no apoio direto ao esporte a título de isenção fiscal;
 - desoneração das entidades esportivas sem fins lucrativos;
- isenção de impostos na importação de equipamentos e materiais esportivos;
- isenção de impostos nas importações de bens recebidos como premiação em evento esportivo realizado no exterior ou de bens para serem consumidos, distribuídos ou utilizados em evento esportivo no país;
- desonerações voltadas à realização da Copa do Mundo 2014
- desonerações voltadas à realização dos Jogos Rio 2016.

**Lei de Incentivo
Valores captados em R\$ milhões
Série 2001-2012**

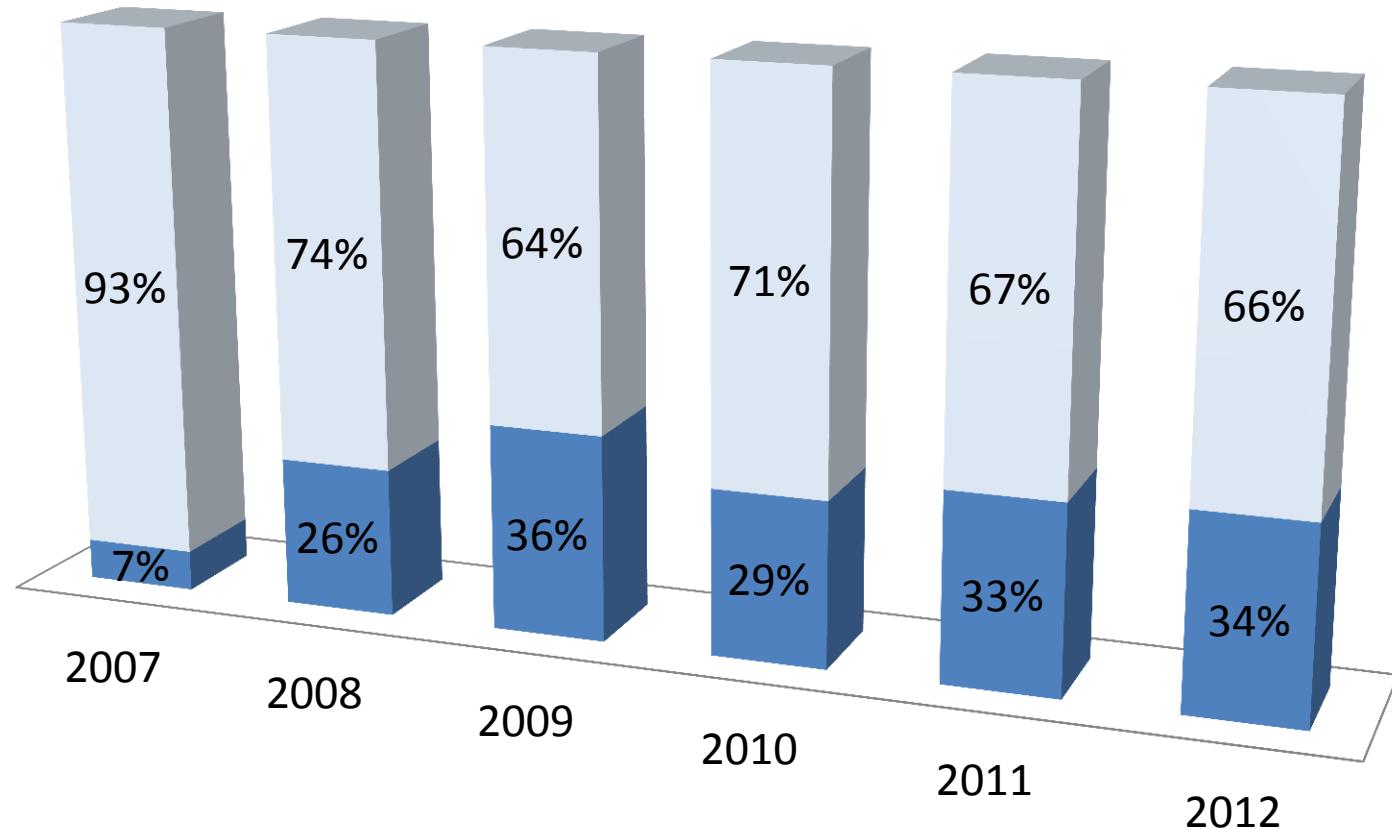
Fonte: Ministério do Esporte



**Lei de Incentivo
Valores captados em R\$ milhões
Por dimensão esportiva
Série 2007-2012**

Fonte: Ministério do Esporte

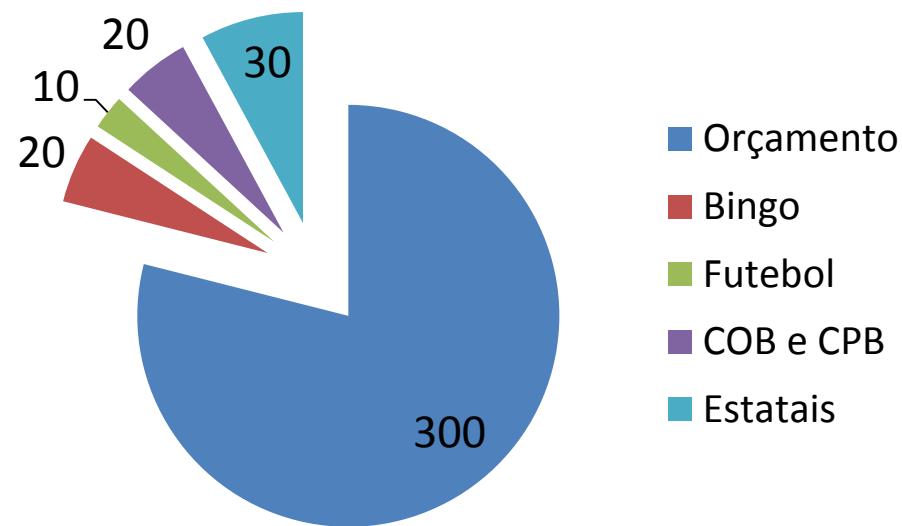
■ EELIS ■ EAR



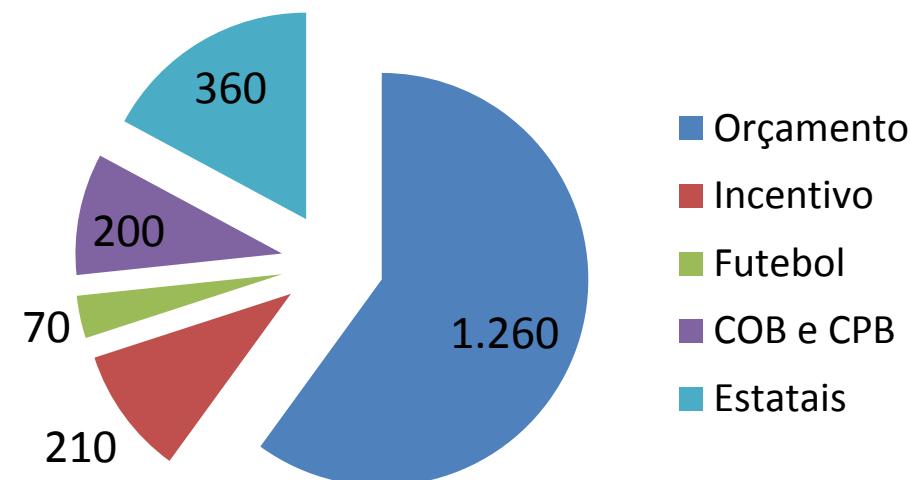
6.

O quadro geral do
financiamento do esporte no Brasil

Financiamento do Esporte por fonte em R\$ milhões – Ano Base de 2001 e 2012

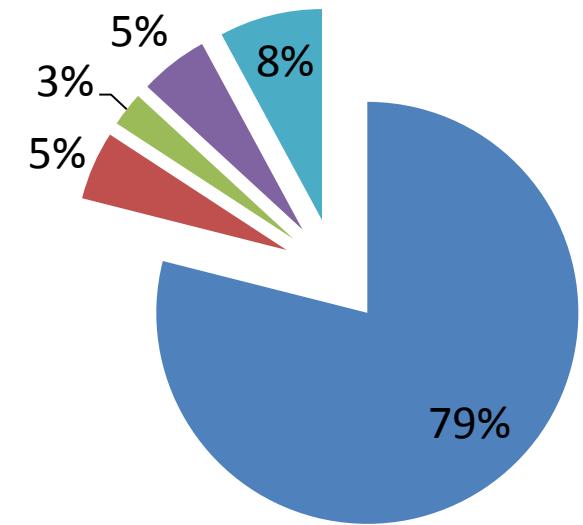


Total: 380 milhões (valores nominais)
895 milhões (valores deflacionados)

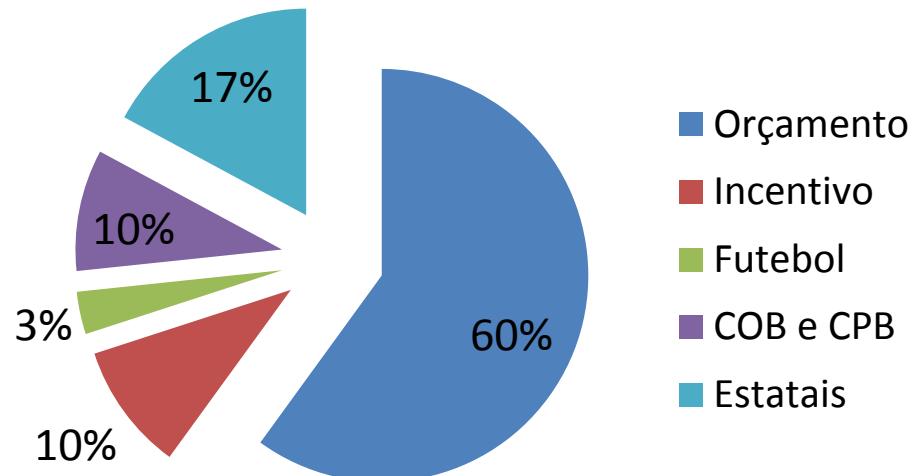


Total: 2,1 bilhões

Financiamento do Esporte por fonte em % – Ano Base de 2001 e 2012



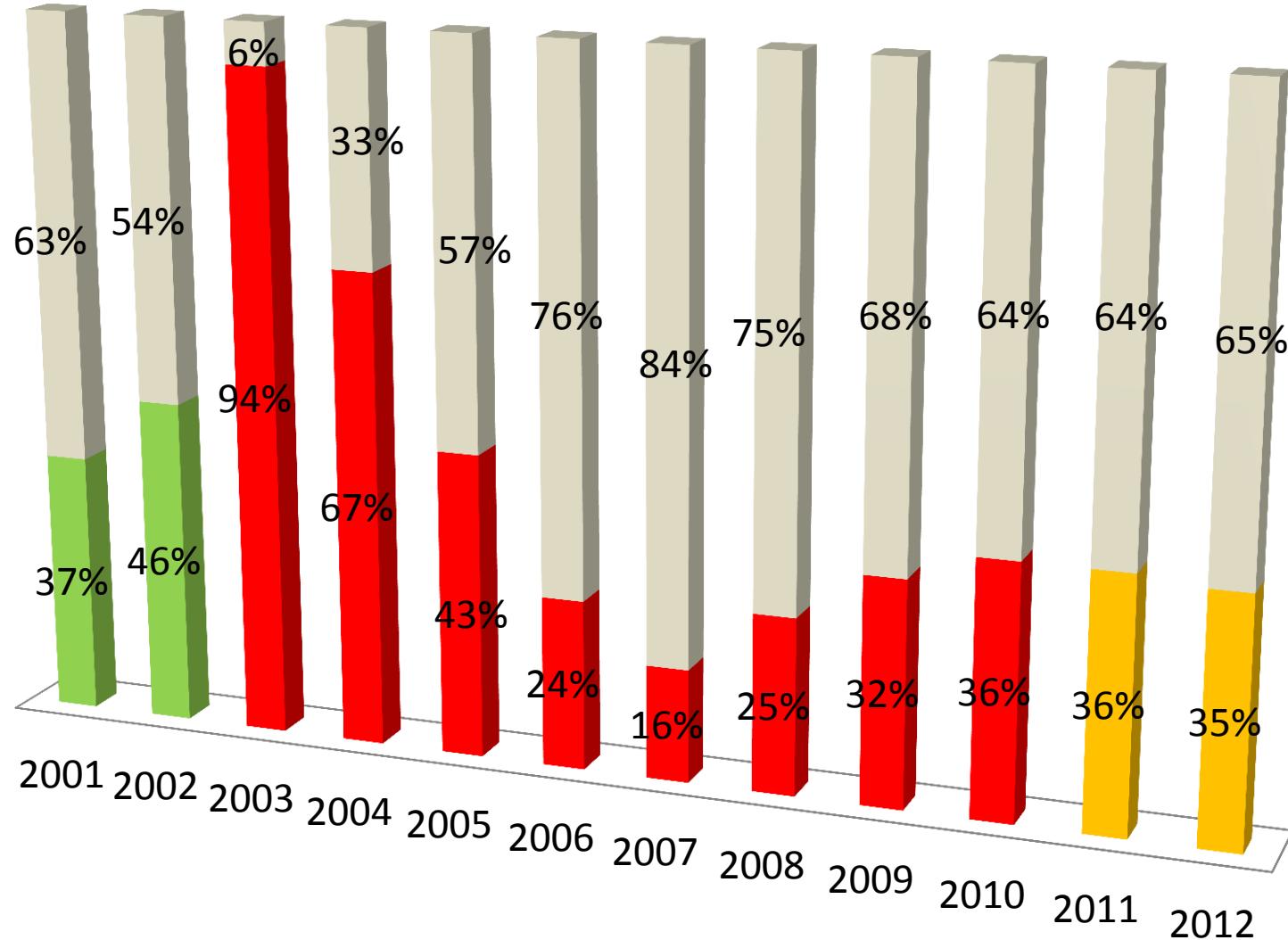
- Orçamento
- Bingo
- Futebol
- COB e CPB
- Estatais



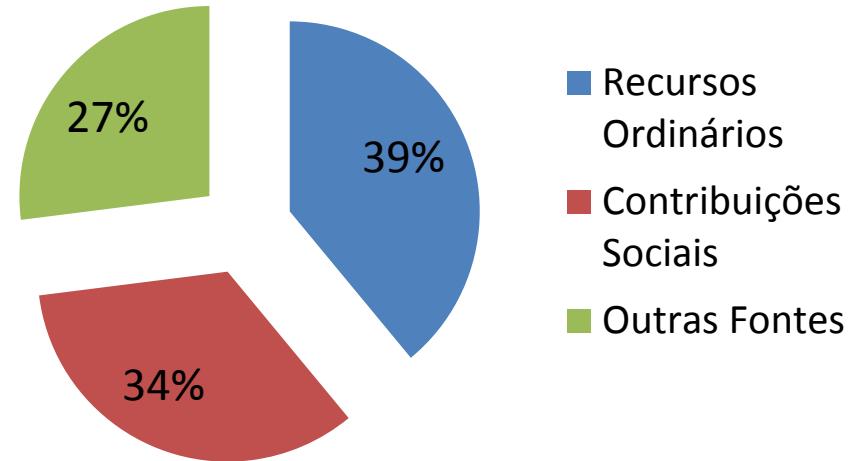
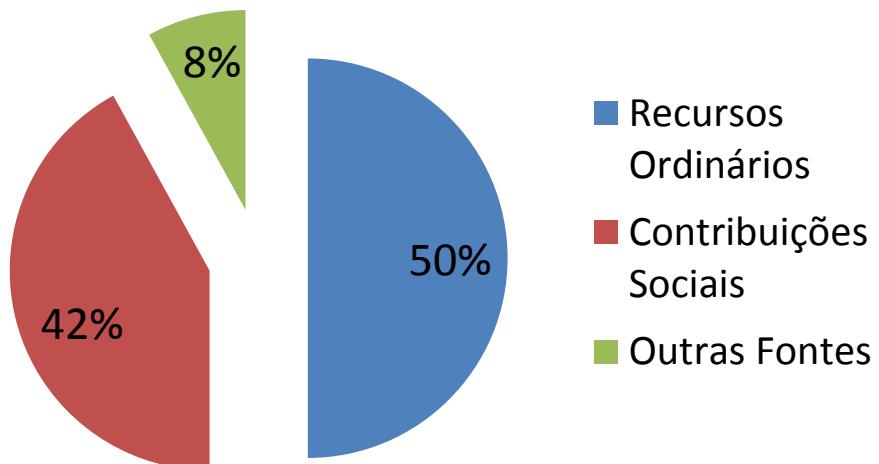
- Orçamento
- Incentivo
- Futebol
- COB e CPB
- Estatais

Participação dos Repasses de Concursos Prognósticos na Execução Orçamentária para o Esporte em %

Série 2001-2012



Financiamento do Esporte por fonte em R\$ bilhões – Ano Base de 2001 e 2012

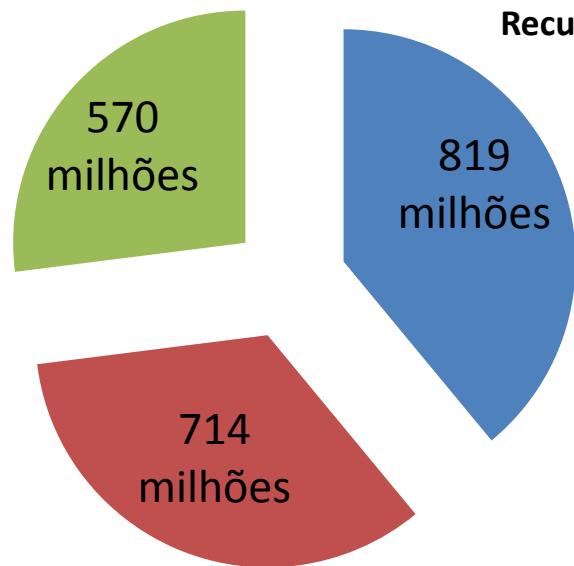


Financiamento do Esporte por fonte em R\$ bilhões – Ano Base de 2012

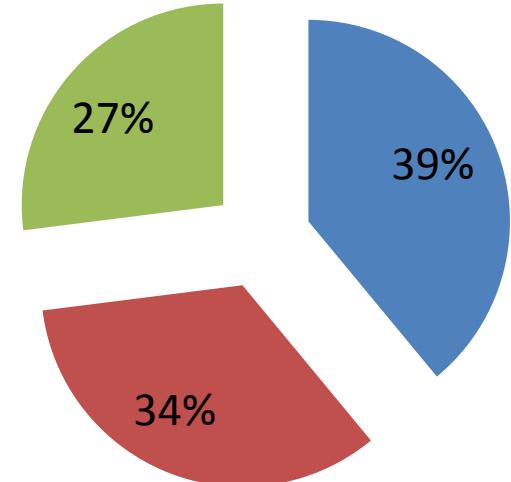
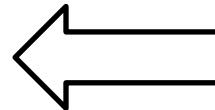
360 milhões
Estatais

210 milhões
Incentivo

Outras Fontes



Recursos Ordinários



Contribuições Sociais

441 milhões
Orçamento

200 milhões
COB e CPB

70 milhões
Futebol

Algumas conclusões

Aumento no volume de recursos destinados ao setor, em especial, pelo incremento de fontes complementares – extra orçamentárias e indiretas

As receitas ordinárias do orçamento constituem a maior fonte de financiamento do esporte seguida dos repasses da loteria, patrocínio das estatais e patrocínio via incentivos fiscais

Destinação do orçamento federal subordinada é, em grande medida, marcada pelas emendas parlamentares, o que fragmenta e pulveriza os recursos destinados ao setor

Ministério do Esporte é, em larga escala, um ministério de obras, o que se reforça a partir da agenda dos grande eventos

Sobre os grandes eventos, os recursos destinados ao Ministério do Esporte estão ligados a sua função de coordenação

A manifestação esportiva priorizada é o esporte espetáculo em detrimento do EELIS e do próprio EAR

Agentes privilegiados: COB, CPB, clubes de futebol e, mais recentemente, CBC, CBDE e CBDU. (novidade: contrato de desempenho e alternância de poder)

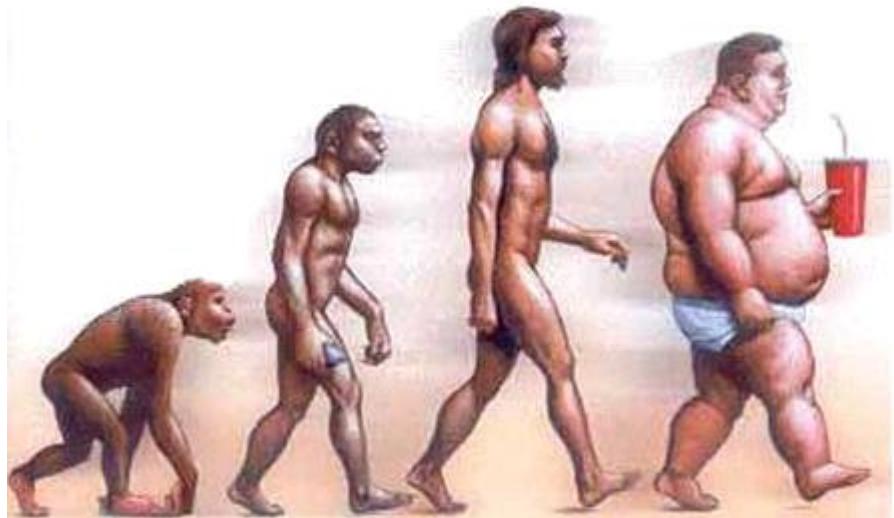
7.

Reflexões sobre um FUNDO para o Esporte

BRASIL SEDENTÁRIO

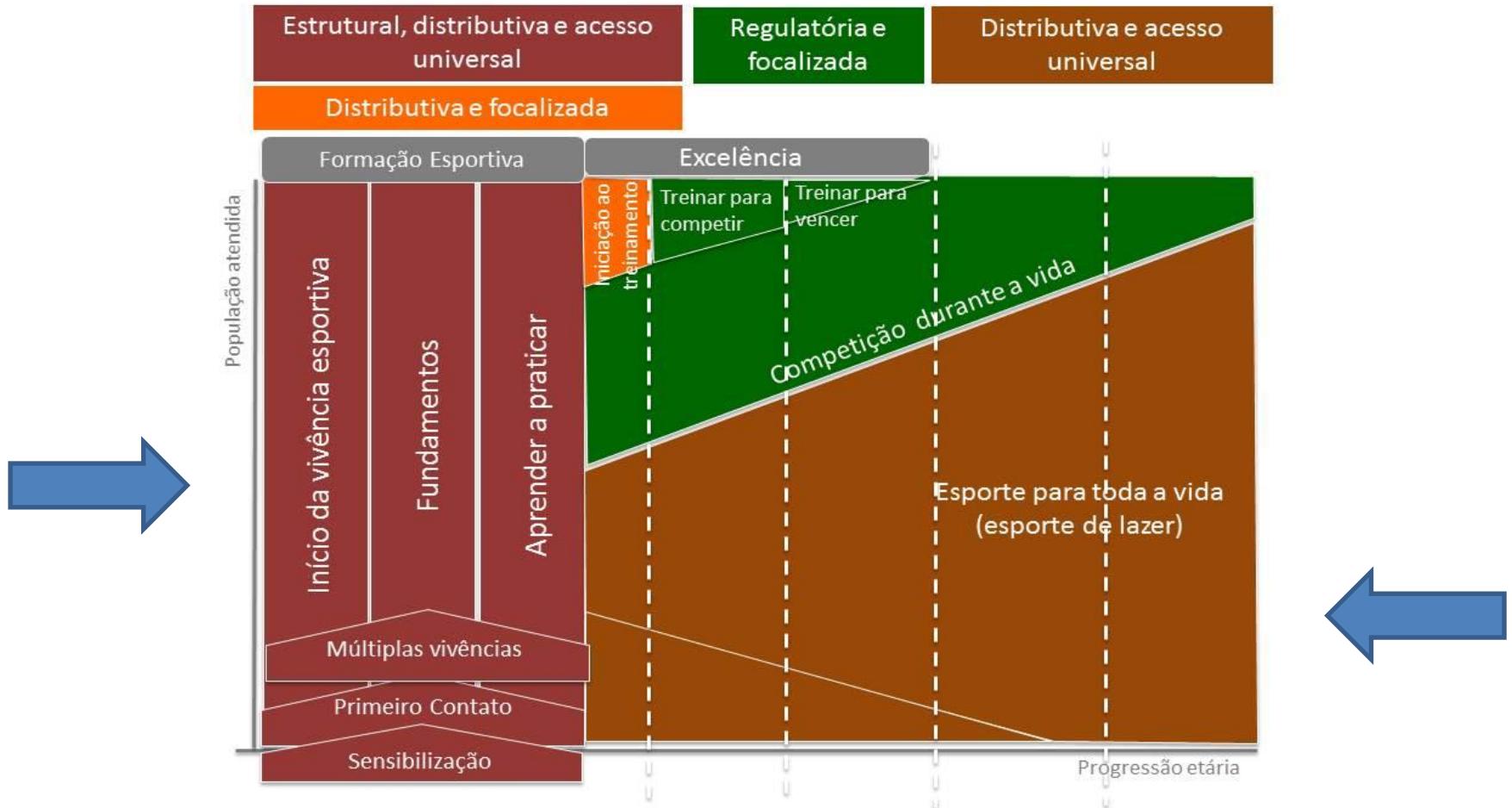
- A idade em que mais se praticam esportes é entre os 16 e os 24 anos, com 66% dos homens e 35% das mulheres.
- 6 em cada 10 pessoas a partir de 16 anos são sedentárias.
- Entre os homens, 51% não praticam atividades esportivas, enquanto 72% das mulheres são sedentárias.
- A Classe A é a mais atlética, com 55% dos homens e 34% das mulheres.

(Sport+Markt, 2011)



Inversão de Prioridades

excelência esportiva *versus* costume esportivo



Inversão de Prioridades

Para a onde vai o dinheiro?

Formação Esportiva	Iniciação ao Treinamento	Treinamento, Competição e Excelência	Esporte para toda vida (Lazer)
<ul style="list-style-type: none">• FNDE - exclusivo• Recursos ordinários do orçamento - prioritário	<ul style="list-style-type: none">• Lei de Incentivo - prioritário• Patrocínio das Estatais - complementar• Recursos ordinários do orçamento - complementar	<ul style="list-style-type: none">• Lei Agnelo-Piva – exclusivo• Timemania - exclusivo• Patrocínio das Estatais - prioritário• Lei de Incentivo - complementar• Recursos ordinários do orçamento - complementar	<ul style="list-style-type: none">• Recursos de contribuição social do orçamento - exclusivo• Recursos ordinários do orçamento - complementar

Inversão de Prioridades

Para a onde vai o dinheiro?



Condisionalidades para adesão ao Sistema Setor Público – Estado, DF e Municípios

- inclusão do esporte na Lei Orgânica;
- instituição de Plano de Desenvolvimento do Esporte;
- mecanismo de controle social pela existência do respectivo Conselho de Esporte com participação dos diversos segmentos;
- alocação de verbas públicas do respectivo ente federado em programas, ações e projetos esportivos;
- valor mínimo vinculado a orçamento participativo;
- conferências de esporte no respectivo ente federado articuladas com a Conferência Nacional;
- existência de órgão gestor próprio

Condicionalidades para adesão ao Sistema Setor Privado

Adoção de governança corporativa e boas práticas de finanças, contabilidade e auditoria que asseguram a transparência de aplicação dos recursos no esporte, sem prejuízo de atender outras exigências previstas em Lei

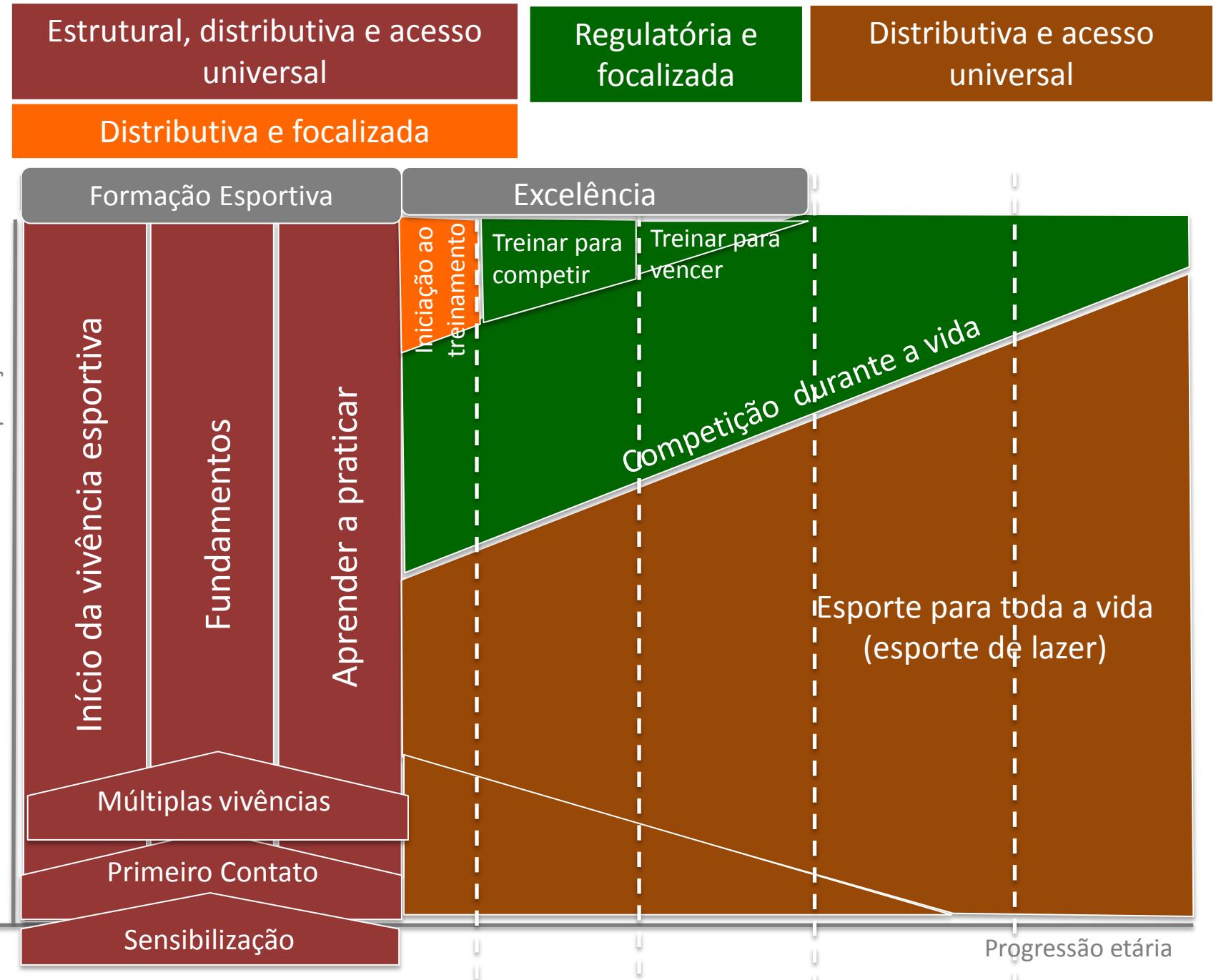
COMISSÕES INTERGESTORAS

Compartilhar com o governo federal planejamento expresso através de Contrato de desempenho

8.

Por um FUNDO SOCIAL para o Esporte para toda vida

Esporte de Lazer



A "Federação" constitui uma forma de **organização territorial do PODER**, de articulação do poder central com os poderes regional e local.

Pacto Federativo



O que chamamos "pacto federativo" consiste em um conjunto de complexas alianças, na maioria pouco explícitas, soldadas, em grande parte, através dos **FUNDOS PÚBLICOS**

DESCENTRALIZAÇÃO



No Brasil, desde a CF 1988, o "federalismo" tem sido associado ao processo de "descentralização" e apenas à uma parte dos atores envolvidos no pacto federativo - os estados e municípios

A autonomia política e fiscal dos governos subnacionais permite que estes adotem uma agenda própria, independente da agenda do Executivo Federal

COMPETÊNCIAS CONCORRENTES



Qualquer ente federativo está constitucionalmente autorizado a implementar programas nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação, esporte e lazer. Simetricamente, nenhum ente federativo está constitucionalmente obrigado a implementar programas nestas áreas.

A UNIÃO E O PODER CENTRAL

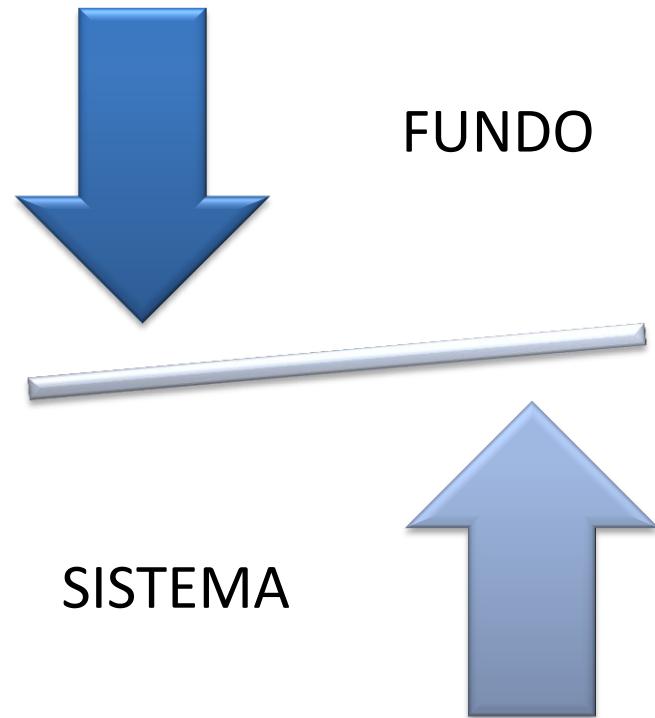


Apesar das tendências dispersivas, o governo federal dispõe de instrumentos para coordenar as políticas sociais.



COORDENAÇÃO E AUTONOMIA

A coordenação federal se justifica tanto por razões relacionadas à coordenação das decisões dos governos locais, como para corrigir desigualdades de capacidade de gasto entre Estados e municípios.



PAPÉIS

Esfera Federal

Formulação,
Coordenação,
Normatização,
Regulação,
Acompanhamento,
Avaliação,
Assessoramento,
Apoio Técnico e
Financiamento no
âmbito NACIONAL,
bem como
execução, em
caráter
complementar

Esfera Estadual

Formulação,
Coordenação
Normatização,
Regulação,
Acompanhamento,
Avaliação,
Assessoramento,
Apoio Técnico e
Financiamento no
âmbito ESTADUAL,
bem como,
execução, em
caráter
complementar

Esfera Municipal

Coordenação,
Execução,
Acompanhamento,
Avaliação e
Financiamento no
âmbito MUNICIPAL.

Construção, reforma, ampliação, modernização e manutenção da **infraestrutura esportiva**

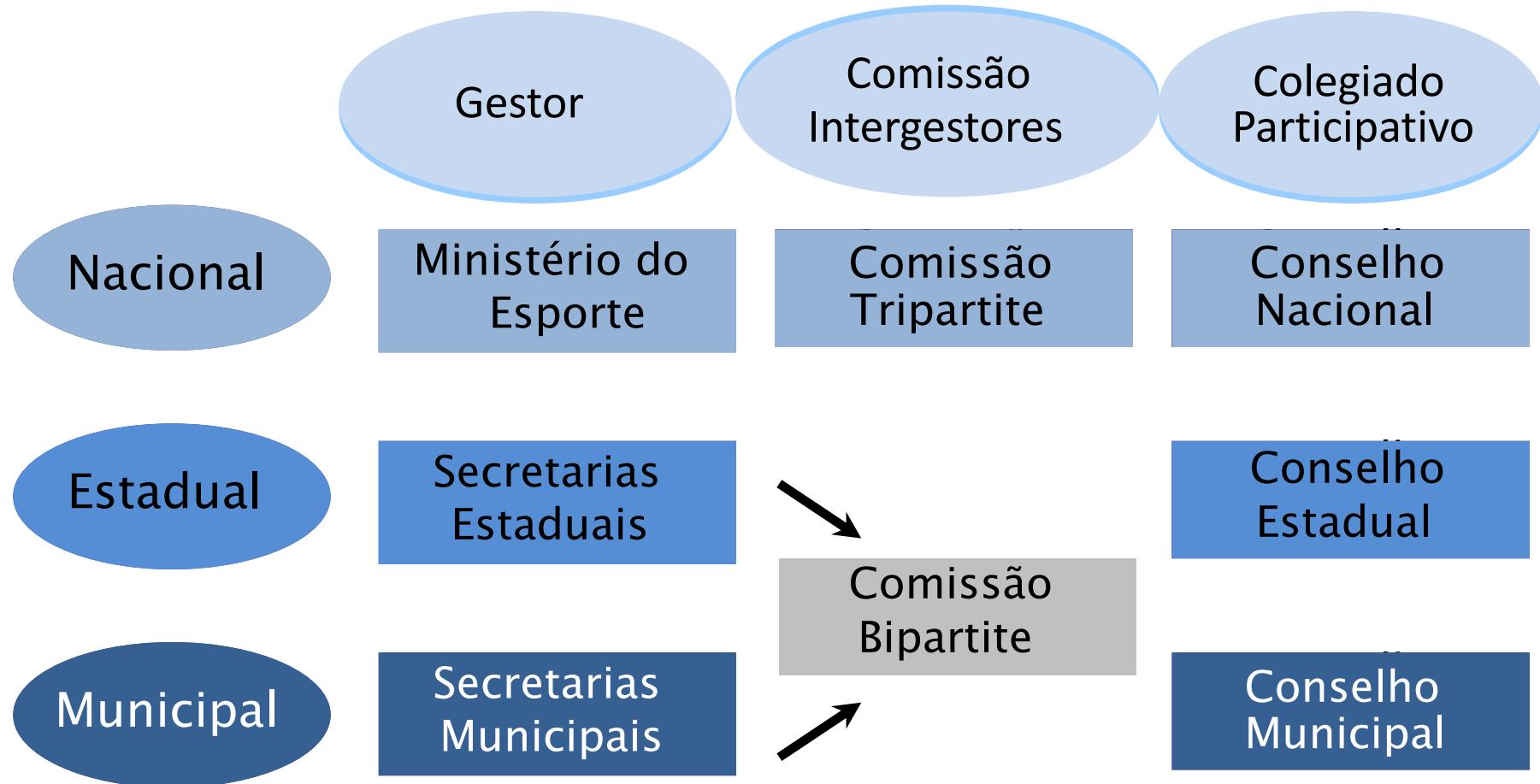
Financiamento

Alocação exclusiva dos Recursos de contribuição social do orçamento federal (441 milhões em 2012)

Alocação de verbas públicas do respectivo ente federado em programas, ações e projetos esportivos

Valor mínimo vinculado a orçamento participativo

Gestão



Muito Obrigado!
Parabéns pelo Seminário!



Fernando Mascarenhas
fernandom@unb.br